

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
INSTITUTO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM ARTE EDUCAÇÃO E
TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS- IPEARTES

DIRETRIZES DO INSTITUTO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM ARTE
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS
- IPEARTES

GOIÂNIA
2017

Quem Somos?

IPEARTES: Construindo as bases de uma Educação para o Bem Viver

O Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis (IPEARTES) é uma unidade escolar inovadora da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (SEDUCE/GO), criado para atender ao Projeto *Alto Paraíso: Território do Bem Viver*, instituído pelo Governo do Estado de Goiás mediante Decreto 8.824/2016. Criado pela Lei..., atuará no âmbito educacional numa perspectiva pedagógica emancipadora, autônoma e holística em prol do empoderamento dos sujeitos a partir da intertransdisciplinaridade entre Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis.

Em busca da consolidação de uma Cidade Educadora, o IPEARTES desenvolve Programas, Projetos, Ações e Atividades comprometidas com o desenvolvimento das experiências de vida humana, fundamentada nos princípios: Arte Educação, Cultura de Paz, Direitos Humanos e Diversidade, Sustentabilidade e Educação Integral para que garanta a promoção dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030.

Contexto histórico

A Chapada dos Veadeiros é uma região de grande sociobiodiversidade, cuja formação cultural configura não apenas um cenário humano de antiga ocupação, que inclui populações indígenas, bandeirantes, quilombolas, garimpeiros, geraizeiros/chapadeiros, como é também marcada pela presença de novos ocupantes, provenientes de diversas partes do mundo e cujo fluxo migratório se inicia a partir da década de 1960. Nos últimos anos, o número de “chegantes” para compor o mosaico pluriétnico na região tem aumentado significativamente, se estabelecendo principalmente na cidade de Alto Paraíso, para onde vieram atraídos pela qualidade de vida local, pelas belezas naturais da região e comunidades religiosas que apontam a cidade como uma referência mística.

A posição central do município de Alto Paraíso dentro desse cenário, somado ao Bioma Cerrado, bem como a grande diversidade de identidades culturais, contribuíram para que, nos últimos anos, muitas iniciativas identificadas como prioritárias para Alto Paraíso

fossem realizadas em conjunto com os demais municípios da microrregião da Chapada dos Veadeiros, que está localizada na região nordeste do estado de Goiás. A audaciosa missão de desenvolver os 17 ODS nessa região do Estado tem por objetivo garantir um grande e autêntico processo de integração territorial, o qual se identifica, mais recentemente, com a abordagem metodológica nomeada de Gestão Cultural Integrada do Território (GCIT). Tendo a cultura como eixo central e transversal para a organização das dinâmicas territoriais, a GCIT “propõe um conjunto de ferramentas que objetiva promover a diversidade e a integração cultural ao equilíbrio da geração de riquezas, manutenção dos recursos naturais e qualidade para a população, partindo da identificação dos dilemas em busca por soluções para o território”¹.

A preocupação com a preservação e gestão do território da APA do Pouso Alto de forma geral é algo do interesse do poder público desde 2001, ano em que a Área foi criada. Nesse sentido, dando maior vazão a necessidade de efetivar políticas públicas que garantam sua proteção dentro dos termos da justiça ambiental, foi que em junho de 2016, o Plano de Manejo da APA é aprovado pelo Governo do Estado de Goiás. Na mesma ocasião, é realizada a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para a implantação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU², que visa transformar a cidade de Alto Paraíso e o todo o território da Chapada dos Veadeiros em modelo de sustentabilidade nacional. O projeto, intitulado *Alto Paraíso: Território do Bem Viver* e instituído mediante o Decreto n. 8.824 de 01/12/2016, é firmado em parceria estabelecida entre o Governo de Goiás, prefeitura de Alto Paraíso, a Associação *Awaken Love* (organização da sociedade civil atuante na região da APA) e outras entidades de referência nacional nas áreas de convergências dos ODS, como a Itaipu Binacional, a partir do projeto Cultivando Água Boa.

A proposta de criação do *Instituto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis (IPEARTES)* é parte do cenário descrito acima. Ela visa dar suporte particular à implantação das metas previstas no ODS#4 da ONU, que se refere aos desafios pensados para o campo da educação. No entanto, entende-se que, numa perspectiva mais

¹Seminário Internacional: Gestão Cultural Integrada de Território – estratégias para articulação e implementação de plataformas de desenvolvimento sustentável em Alto Paraíso, entendimentos para uma cidade do Bem Viver, projeto demonstrativo/Reserva da Biosfera do Cerrado – Goiás (Governo de Goiás, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA/GO; Alto Paraíso de Goiás, set/out/2016). Disponível em: <http://www.secima.go.gov.br/post/ver/215742/alto-paraíso-recebe-seminário-internacional-sobre-gestão-cultural-integrada-de-território>. Acessado em 16/02/2017.

² Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>.

ampla, a criação do IPEARTES e as ações por ele delineadas darão suporte não apenas ao objetivo específico citado, mas aos 17 ODS da ONU como um todo, visto que o papel social da educação perpassa todas as relações sociais promotora da vida em sociedade. Importante destacar que todas as metas ali desenhadas serão integralmente implantadas até o ano de 2030³.

Dentre as ações projetadas para o IPEARTES, estão aquelas cujos objetivos dialogam com as seguintes matérias: incentivar o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade das políticas educacionais, culturais e desportivas; divulgar, reavivar e integrar todas as formas de manifestações artísticas e os saberes coexistentes no território em questão; promover o empreendedorismo social e a economia criativa; propalar a cultura de paz; divulgar e promover o respeito aos direitos humanos e à diversidade; criar condições de acesso aos equipamentos e tecnologias sustentáveis ora disponíveis ao conjunto da sociedade; dar suporte às escolas para implantação do *Projeto de Escola Inovadora*⁴ e garantir a democratização da informação e do conhecimento. O espaço deverá apoiar e articular projetos e práticas que possibilitem, assim, transformar Alto Paraíso e os demais municípios da APA do Pouso Alto em modelos de Cidades Educadoras, conforme princípios inscritos no documento *Carta das Cidades Educadoras*, assinado em Barcelona em 1990 e cuja última revisão data do ano de 2004⁵.

Educação para o Bem Viver: o programa

Venho de povos andinos que em suas línguas arcaicas nos desafiam a deixar de lado o mercado e viver a vida. E nos sussurram: *Sumak Kansay* e os outros nomes que querem todos dizer uma mesma ideia: viver a “vida boa”, um “viver bem” solidário, oposto em tudo à “boa vida” com que o capital e a sua mídia nos mentem entre as mesmas falsas promessas de sempre.

Sobre a Esperança: Mensagem para encerrar 2016 e esperar um “Ano Novo”.

– Carlos Rodrigues Brandão

Construir o Território do Bem Viver na região da Chapada dos Veadeiros é, conforme já especificado, o compromisso assumido pelo governo estadual junto aos municípios que compõem a APA Pouso Alto. A proposta política, que deverá servir de modelo a ser

³ Mais detalhes em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

⁴ Este conceito será desenvolvido no decorrer do texto.

⁵ Ver documento anexo.

gradualmente irradiado para todo o estado goiano, baseia-se no conceito do *Sumak Kansay*, dos povos andinos, cuja expressão, originária do idioma quéchuá, traduz-se no termo “plenitude do viver”. Isso significa, na concepção aqui particularmente adotada, direcionar as políticas públicas das áreas da Educação, Cultura e Esporte para a realização de um projeto pedagógico que seja capaz de envolver as populações do campo e da cidade na construção de uma sociedade economicamente solidária, socialmente justa e culturalmente diversa, contribuindo, assim, para o aumento dos índices de Felicidade Interna Bruta⁶ (FIB) do território.

Reconhecendo, assim, a importância do setor educacional para a formação do “ser pleno” a que o conceito andino se refere, e que se busca alcançar pelos indicadores FIB e pelos tópicos da Agenda 2030 da ONU e seus 17 ODS, a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás/SEDUCE se propõe a consolidar, dentro do escopo de ações projetadas para o alcance específico do ODS#4, programa intitulado **Educação do Bem Viver**, que será a própria razão de ser do IPEARTES. O programa *Educação do Bem Viver* se estrutura a partir de duas frentes de atuação, a saber: a educação de caráter **não-formal** e educação de caráter **formal**.

A frente de atuação cujo arranjo se dá por meio da **educação** de caráter **não-formal** seguirá, dentro das especificidades existentes no município de Alto Paraíso de Goiás, o que está referendado na Carta Das Cidades Educadoras (2009), onde

(...) a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos. A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa. É, por consequência, interdependente do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política, de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa

⁶O índice de Felicidade Interna Bruta é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com a Terra. As nove dimensões do FIB são: 1) Bem-estar psicológico; 2) Saúde; 3) Uso do tempo; 4) Vitalidade Comunitária; 5) Educação; 6) Cultura; 7) Meio Ambiente; 8) Governança e 9) Padrões de vida⁶.

formação ao longo da vida (CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS, 2004)⁷.

A conceituação apresentada de Cidade Educadora encontra ressonância na própria LDB/1996 que em seu artigo primeiro diz: “*A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*”. Leva, portanto, em consideração a multiplicidade de espaços educacionais e traz a consciência de que, não apenas a escola formal, mas também diferentes ambientes, temporalidades e espacialidades que compõem o cenário e o roteiro da vida cotidiana dos sujeitos, igualmente, proporcionam troca de saberes, exercício de aprendizagens, práticas de ensino e para, além disso, ação transformadora. É a percepção de que a educação não se limita aos espaços-tempos escolares e nem se encerra somente na atuação dos professores e das professoras, mas que ela transcende suas limitantes formais e sistemáticas, devendo se fazer presente no dia-a-dia das populações que participam de uma determinada comunidade, seja ela um bairro, uma cidade, um assentamento rural etc.

Já a **educação de caráter formal** orientar-se-á em torno do *Projeto de Escola Inovadora*. Este projeto, outra frente de atuação do IPEARTES, tem como ponto focal (piloto) o Educandário Humberto de Campos (EHC)⁸, e prevê um trabalho de acompanhamento e orientação que promova a transição do modelo escolar convencional vigente, para novos paradigmas e metodologias educacionais vinculadas ao princípio da Educação Integral, baseadas numa concepção holística dos processos de ensino-aprendizagem. Todo o trabalho pedagógico se dará em prol da autonomia e emancipação dos atores que estão em interação dentro do ambiente/comunidade escolar (estudantes, professor@s, grupo gestor, pessoal de apoio e famílias), a fim de que estes possam efetivamente assumir uma atitude de protagonismo frente as questões concernentes ao espaço-tempo em que vivem. A fim de atender integralmente as demandas necessárias para implementar o novo modelo já em 2018, serão realizadas parcerias com as redes de educação municipal e privada do município, bem como articulações com associações e organizações presentes ou não no território.

⁷Ver documento anexo.

⁸Escola conveniada à Rede Estadual de Educação de Goiás, localizada na Cidade de Fraternidade (distrito do município de Alto Paraíso de Goiás), que atende mais de 140 famílias provenientes dos assentamentos Silvio Rodrigues.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB)⁹, onde se lê “*A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*” (LDB, 1996). A intenção que se pretende alcançar aqui é a de inserir a escola dentro da dinâmica de uma Comunidade de Aprendizagem, de forma que essa se constitua ente da própria Cidade Educadora, efetivando assim o que se preconiza em nossa legislação.

PEDAGOGIA POR PROJETOS E COMUNIDADE EDUCADORA

A Metodologia de trabalho por projetos trata-se de um modelo pedagógico que visa conferir significância aos processos de ensino-aprendizagens. Parte do pressuposto de que os atores em interação no ambiente escolar necessitam compreender os sentidos das tarefas que realizam, sendo o estudante protagonista de sua aprendizagem e o professor seu mediador com os objetos de conhecimento. A metodologia para a escolha dos projetos será orientada, nesse sentido, nos moldes dos chamados “*problem-based learning*” e “*project-based learning*” (ensino baseado em problemas e projetos), cuja principal referência é o sistema educacional finlandês, onde os estudantes aprendem, na prática, a buscar, eles mesmos (protagonismo estudantil), com a mediação de seus professores, as soluções para os desafios encontrados em suas vidas particulares e em suas comunidades.

Tal proposta pedagógica prioriza a criação de projetos de estudo e pesquisa-ação que têm como ponto de partida os interesses, desejos, vontade, inquietações e/ou sonhos de estudantes e de professores, os quais devem sempre estar articulados com problemas e desafios a serem solucionados na comunidade em que vivem. Os projetos devem também estar relacionados com os objetivos de aprendizagens contidos na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), entrelaçando-os com os princípios da Arte Educação, dos 17 ODS e suas 169 metas, o Currículo de Referência do Estado de Goiás, as Diretrizes de Educação para o Campo e para a Cidade e, por fim, os parâmetros de implementação de uma Comunidade Educadora como Educação Integral. A Escola Inovadora busca, assim, melhorar significativamente a qualidade da educação básica, respondendo satisfatoriamente a avaliações externas que verificam a capacidade de cada unidade educacional dos Estados e

⁹*Idem.*

Municípios em preparar suas crianças, jovens e adultos, para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea¹⁰.

Comunidades de Aprendizagem trata-se de movimento liderado pelo *Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA)*, da *Universidade de Barcelona*, e que se baseia no conceito de *Aprendizagem Dialógica*.

A Aprendizagem Dialógica acontece nos diálogos que são igualitários, em interações em que se reconhece a inteligência cultural de todas as pessoas, e está orientada para a transformação do grau inicial de conhecimento e do contexto sociocultural, como meio de alcançar o êxito de todos. A Aprendizagem Dialógica acontece em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecendo a criação de sentido pessoal e social, e que são guiadas pelo sentimento de solidariedade, em que a igualdade e a diferença são valores compatíveis e mutuamente enriquecedores (Aubert et al., 2008:167)¹¹.

O projeto *Comunidades de Aprendizagem* é composto por cinco etapas: sensibilização, tomada de decisão, sonhos, seleção de prioridades, planejamento. Refere-se, portanto, a um projeto que “começa na escola, mas que integra tudo o que está ao seu redor”¹² e para tornar-se realidade é necessário alcançar todas as etapas descritas: algumas etapas prévias, as quais são nomeadas *Fases de Transformação*, a saber:

- a) **Sensibilização:** momento de exercício reflexivo destinado à formação da comunidade escolar, preparando-a para se tornar uma Comunidade de Aprendizagem.
- b) **Tomada de decisão:** momento de exercício democrático em que a comunidade assume compromisso frente ao processo de instituição da Comunidade de Aprendizagem.
- c) **Sonhos:** momento de exercício criativo em que a comunidade educativa representa os seus desejos para o futuro enquanto Comunidade de Aprendizagem.

¹⁰Mais informações em: <http://portal.inep.gov.br/pisa>.

¹¹Trecho extraídos do folheto “Sonhando com uma nova escola e uma nova sociedade”. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2013/09/folheto-de-Comunidade-de-Aprendizagem.pdf>. Para mais informações sobre o projeto acessar: <http://www.comunidadedeaprendizagem.com>.

¹²*Idem op. cit.*

- d) **Seleção de prioridades:** momento de exercício analítico em que a comunidade avalia quais são as demandas mais urgentes e relevantes e quais os recursos disponíveis para sua realização.
- e) **Planejamento:** momento de exercício pragmático e participativo em que se delibera o roteiro a ser seguido pela Comunidade de Aprendizagem, tendo como foco as *Atuações Educativas de Êxito*.

As Atuações Educativas de Êxito, citadas no documento que fundamenta o movimento das Comunidades de Aprendizagem¹³, referem-se a um conjunto de práticas pedagógicas realizadas em diferentes países e que apresentaram contribuição significativa para a “melhoria dos processos de aprendizagem, da convivência e da solidariedade no ambiente escolar”. Tendo como referência as Atuações Educativas de Êxito e as *Fases de Transformação* acima listadas, o IPEARTES apresenta a seguir rol de iniciativas que deverão ser, progressivamente, implantadas a fim de se consolidar o projeto da *Escola Inovadora*. Essas práticas serão aqui revisitadas a fim de melhor adequá-las à realidade do território em questão.

Conceitos, sentidos e identidades: desenvolvendo os Princípios do IPEARTES.

Arte Educação

Fundamentada numa perspectiva dialógica, o processo de ensino aprendizagem centrado na perspectiva da Arte Educação leva ao desafio de construir uma sociedade mais democrática e visa práticas de justiça social e igualdade de direitos culturais, fortalecendo a liberdade intelectual e a imaginação criativa dos sujeitos. Isso só se torna possível por meio de ações pedagógicas que incluam os sujeitos e suas aspirações, memórias, trajetórias, localidades, posicionamentos, experiências e projetos de vida. Sua abordagem metodológica está fundamentada nas *Orientações Curriculares de Arte da Rede Estadual de Educação de Goiás*¹⁴. Leva em consideração aspectos relacionados à compreensão crítica, à contextualização e à produção nos processos de formação dos sujeitos.

A Arte Educação possibilita aos sujeitos o desenvolvimento da compreensão crítica e sensível do mundo, tornando-se seres mais conscientes, politizados, questionadores e

¹³*Idem op. cit.*

¹⁴Ver Caderno 5, no link: http://www.cirandadaarte.com.br/site2/anexos/Gravacao_Cadernos/recorte_cd5.pdf.

possíveis transformadores da realidade, naquilo que se fizer necessário. Contribui, dessa forma, para os processos de aprendizagem e formação integral dos indivíduos, destacando-se também como área de conhecimento e comunicação que possibilita a estes reconhecerem-se e perceberem-se como pertencentes a uma cultura ao mesmo tempo em que valorizam e respeitam as produções estéticas provenientes da multiculturalidade presente no planeta.

Cultura de Paz

Segundo Weil (2002, p. 37) “A paz é ao mesmo tempo felicidade interior, harmonia social e relação equilibrada com o meio ambiente”. O IPEARTES objetiva desenvolver esses valores, atitudes, modo de vida e comportamento. Trata-se, portanto, de um princípio que nos convida para a vivência, o exercício e a prática do empoderamento, da proatividade, da emancipação, da alteridade, do protagonismo, da criatividade, da compaixão, da resiliência, quebra de paradigmas e mudanças. Seu objetivo é criar, assim, uma cultura comprometida com a qualidade do bem viver, com uma cidade educadora, uma ecopedagogia de convivência pacífica, estabelecida e mensurada pelo índice de Felicidade Interna Bruta da população local e na Pegada Ecológica praticada individualmente e coletivamente.

A Cultura de Paz promove e nos desafia à convivência pacífica, a criatividade proativa e inovadora, à comunicação não-violenta, positiva e ao diálogo, a mediação dos conflitos, a prevenção dos diversos tipos de violências, a qualidade de vida para o bem viver onde todos os seres são incluídos e respeita-se as diferenças étnicas, culturais, ideológicas, sociais, de gênero e da biodiversidade. Dessa forma busca-se formar uma cultura onde a paz seja baseada na alteridade, cooperação, solidariedade, fraternidade e gentileza.

Atua, a cultura de paz, no sentido de denunciar os riscos que a humanidade e a vida de modo em geral correm com a exploração econômica e o consumismo desenfreado, a indústria bélica, o individualismo, a falta de integração do ser humano com o meio ambiente, o desenvolvimento tecnológico, a competição, entre outros fatores. E esclarece que uma das formas de minimizar o impacto das violências seria rompermos com os princípios punitivos, justicialista, materialista, mecanicista e de fragmentação. Nesse sentido os pressupostos holísticos, transdisciplinares, sistêmicos e quânticos podem apontar caminhos para a paz social, econômica, religiosa e cultural, com isso todos nós saímos ganhando enquanto ECOPAZ, Ecologia do Ser, Ecologia Social e Ecologia Planetária. Estabelece-se dessa forma, comportamentos construtivos, co-criadores em valores, atitudes e práticas proativas, criativas e empoderadas, que geram autonomia, empoderamento, compromisso e responsabilidade local e global.

Educação em Direitos Humanos para a diversidade

Já foi acentuado por Stuart Hall (2000), Sueli Carneiro (2005), Homi Babha (2007), que os distintos posicionamentos assumidos pelos sujeitos nas relações sociais contemporâneas podem alimentar violências e violações contra quem se percebe diferente, isto é, fora dos padrões dominantes e notadamente vinculados à ideia de “sujeito universal”. Qualquer ação educacional que não leve em conta o propósito de trabalhar com e para a diversidade estaria, no entanto, favorecendo tais processos de desumanização daqueles e daquelas que são “localizados” como “diferentes”. Tais procedimentos persistem de forma oculta e/ou deliberada dentro do campo da educação formal, o que tem impossibilitado que os estudantes, professor@s e até mesmo a própria família desenvolvam, como um todo, suas habilidades imaginativas e criativas, as quais se apresentam como indispensáveis à promoção da autonomia, cidadania e solidariedade.

A proposta de uma Educação do Bem-Viver, pautada pela ideia da Sustentabilidade na sua amplitude conceitual (tal como preconizada pelos 17 ODS), expande significativamente as possibilidades de eficácia e sucesso do sujeito que se coloca na relação ensino-aprendizado (seja dentro do aspecto formal ou informal), sobretudo ao se levar em considerações as três dimensões da Educação em Direitos Humanos, a saber: **formar sujeitos de direito, favorecer o processo de “empoderamento” e educar para o nunca mais**¹⁵. Essas três dimensões destacadas são frutos de estudos de educadores e educadoras latino-americanas que se propuseram a estabelecer uma linha de articulação que facilitasse uma atuação conjunta para superar as desigualdades que ainda se sustentam no cenário das nações que fazem parte da América Latina.

Educação Integral

A Educação Integral é um conceito fundamental para a concepção da Cidade Educadora, pois considera a formação dos sujeitos de forma integrada com os diferentes níveis de realidade e níveis de percepção dos seres, considerando não apenas as dimensões cognitivas e intelectuais dos processos de ensino-aprendizagens, mas também seus aspectos afetivos, estéticos, éticos, físicos, emocionais, espirituais, ambientais, culturais e sociais. Trata-se de princípio assegurado, conforme já destacado, na atual LDB, no qual se reconhece

¹⁵A professora e pesquisador Vera Maria Candau, sistematiza essas três dimensões de forma bastante didática, possibilitando uma compreensão do papel de cada uma frente ao desenvolvimento de uma nova consciência política (ver Candau, 2008).

o indivíduo em sua totalidade e não como ser fragmentado entre razão e emoção. Pensa a emancipação dos sujeitos e a formação de cidadãos autônomos e conscientes de seu papel, mudança e transformação na sociedade.

A ideia é, assim, promover o desenvolvimento dos sujeitos em múltiplas dimensões, valorizando a memória local, a biodiversidade do Bioma Cerrado, a identidade cultural, a espiritualidade, os saberes populares, o pensamento crítico, criativo, empoderado e autônomo, o cuidado consigo, com o outro e com o meio em que se vive e incentivando a construção de uma sociedade participativa na cidadania em prol da Felicidade Interna Bruta, da sustentabilidade planetária e da cultura de paz. Tal proposta resulta na ampliação da jornada escolar tradicional e vai além dos muros da escola, envolvendo toda a comunidade de maneira a valorizar e desenvolver os potenciais educativos da região em que está situada, podendo utilizar espaços físicos como praças, centros comunitários, quadras de esportes, associações, cooperativas, dentre outros, com a perspectiva de transformar os espaços sociais disponíveis em núcleos educativos, concebendo uma nova percepção de educação em que a escola aparece como catalisadora dos potenciais da comunidade.

Sustentabilidade

A sustentabilidade pressupõe uma relação entre ser humano e ambiente, considerando os aspectos sociais, culturais, ambientais econômicos, espaciais e políticos. Busca também promover integração entre campo e cidade, numa perspectiva equilibrada de uso, convívio, conservação e preservação da natureza em sua mais ampla expressão. Emerge desse contexto, a noção de *Desenvolvimento Sustentável* como aquele capaz de estabelecer uma integração entre os princípios da conservação ambiental e a satisfação das necessidades humanas básicas. Tem por base o alcance da equidade e da justiça social, a provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e a manutenção da integridade ecológica. Trata-se da questão de responder às necessidades do presente de forma igualitária, sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.

O *Desenvolvimento Sustentável* pressupõe uma tomada de consciência da sociedade perante a conjuntura da pobreza, da desigualdade, da crise ambiental e da necessidade de crescimento econômico que atenda aos interesses coletivos. Isso requer um processo de mudança cultural de paradigma, proporcionando uma nova visão de mundo que seja, sobretudo, solidária. É importante buscar uma relação simbiótica e cósmica entre as pessoas, o ambiente e o universo, com adoção de modelo do consumo calcado em práticas cidadãs. Esse é o desafio da sustentabilidade em âmbito local, regional, nacional e global.

Estrutura organizacional

O IPEARTES é uma entidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/SEDUCE, de cunho educacional, compostopor:

- ❖ Diretoria Geral
 - Direção
 - Núcleo de Gestão Pedagógica
 - EcoEducativa
 - Coordenações
 - Professores
 - Educadores Sociais
 - EcoCultural
 - Coordenação
 - Professores
 - Educadores Sociais
 - EcoEsportivo
 - Coordenação
 - Professores
 - Educadores Sociais
 - Núcleo de Gestão Operacional
 - Administrativo
 - Técnicos Administrativos
 - Especialistas
 - Comunicação Social
 - Técnicos Administrativos
 - Especialistas
 - Interinstitucional
 - Especialistas
 - Técnicos Administrativos

- ❖ Conselho Escolar

- ❖ Coletivo Jovem Educador

Direção Geral

Dirige e gerencia as atividades da instituição, mediando, correlacionando e inter cruzando relações humanas e institucionais, procurando mantê-las sob a tutela de seus princípios essenciais. É representado pelo (a) diretor(a) geral (a) que tem por princípio a supervisão da instituição a que está inserido(a); para tanto, acredita no fortalecimento da administração democrática e seu sistema de poder, primando pela tomada de decisões coletivas.

Já os coordenadores de núcleo (pedagógico e operacional) serão responsáveis pela coordenação dos projetos, ações e atividades com vistas à otimização e sustentabilidade do trabalho em equipe.

Núcleo de Gestão Pedagógica

O Núcleo de Gestão Pedagógica será responsável por todas as ações vinculadas ao **Programa Educação do Bem Viver**, atuando em duas frentes de trabalho, a educação formal e a educação não-formal. Ambas as frentes serão desenvolvidas por meio de dois Coletivos descritos abaixo:

Coletivo Jovem Educador – É formado por jovens (estudantes e egressos) e tem como propósito promover autonomia, protagonismo e emancipação da juventude e garantir sua participação no desenvolvimento do território em que vivem, afirmando, assim, princípios assegurados pelo *Estatuto da Juventude*¹⁶. Atuará na articulação entre os diferentes atores sociais de suas comunidades, mobilizando-os para a construção e consolidação do projeto da *Cidade Educadora*. Participarão ativamente das ações do IPEARTES, colaborando com seu planejamento e gestão.

¹⁶Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.

Coletivo de Educadores (professores e educadores sociais) – É formado por professores e educadores (pessoas com habilidades, competências e níveis de qualificações diversas), interessados em contribuir para a sustentabilidade do território, a partir do *desenvolvimento de propostas* nos âmbitos da educação, cultura e esporte. Promove, assim, o intercâmbio de saberes e práticas entre profissionais atuantes em diferentes áreas do conhecimento e mestres de tradições locais.

Na Cidade Educadora

Partindo da proposta de tornar Alto Paraíso de Goiás em um modelo dentro dos aspectos que alimentam e dão vida a uma *Cidade Educadora*, na busca pela efetivação de uma *Educação Integral*, é que atuamos a partir de três Espaços, assim denominados:

Espaço Ecoeducacional

O *Espaço Ecoeducacional* do IPEARTES configura-se num ambiente destinado à promoção de cursos de formação para crianças, jovens e adultos e à formação continuada de professores e educadores sociais. Atua em duas frentes de trabalho. A primeira diz respeito ao apoio institucional e pedagógico às ações formativas para a implementação da Escola Inovadora, segundo parâmetros já estabelecidos no tópico anterior. A segunda refere-se a um conjunto de propostas pedagógicas que serão desenvolvidas no campo do ensino não-formal. O espaço EcoEducacional compõe-se de dois eixos: Arte Educação e Tecnologias Sustentáveis.

- Arte Educação: artes visuais, dança, música, teatro, audiovisual, dentre outras.
- Tecnologias Sustentáveis: bioconstrução, agroecologia, jardinagem, medicina popular do cerrado, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, gestão do lixo, economia solidária e criativa, dentre outros;

Espaço Cultural

O Espaço Ecocultural destina-se à valorização da cultura e ao protagonismo dos atores locais, por meio de atividades culturais, produções artísticas e ações educativas. Servirá como espaço educativo e expositivo do IPEARTES. É composto por: estúdios de produção multimídia, museus, cineteatro, biblioteca e estúdios de produção multimídia.

- **Estúdios de Produção Multimídia** – dentre as ações pedagógicas e de produção cultural previstas para serem desenvolvidas pelo IPEARTES, está o **Laboratório Multimídia**: oficina (curso livre) destinada à seleção e formação de Jovens Comunicadores Populares. Eles constituirão um coletivo que atuará na elaboração e promoção de conteúdos e roteiros educativos, informativos e criativos sobre o município de Alto Paraíso, o território da APA Pouso Alto, a região da Chapada dos Veadeiros e o Bioma Cerrado como um todo.

O projeto será responsável por dar cobertura e visibilidade (publicidade) às questões que nortearão todo o trabalho a ser desenvolvido no IPEARTES e que estão relacionadas aos seguintes princípios/conceitos: Arte Educação, Sustentabilidade, Cultura de Paz, Direitos Humanos e Diversidade e Educação Integral. A pesquisa e produção de conteúdo digital a serem orientadas para esses fins deverão resultar, assim, em programas de Webrádio, WebTV e Webjornal.

- **Museus** – contemplará a construção de diferentes espaços e projetos expográficos, dos quais se destacam dois, particularmente:
 - a) No campo das humanidades, o projeto *Veredas: Memória Viva de Pessoas e Povos do Cerrado*, com sede na cidade de Alto Paraíso de Goiás e plataforma virtual na internet terá como finalidade dar visibilidade às manifestações culturais, saberes, fazeres e tradições de sujeitos e grupos da Chapada dos Veadeiros. A partir do registro afetuoso das narrativas e histórias de vida ali presentes será orientado para a valorização da pluralidade de matrizes culturais e para promoção do protagonismo da população local nos processos de gestão do referido espaço.
 - b) No campo da história natural/ambiental, será voltado para o estudo e montagem expográfica relacionada à paisagem do bioma Cerrado, observando suas transformações ao longo do tempo, seja em decorrência de fatores estritamente naturais ou da interferência antrópica. Seu funcionamento, também, levará em consideração os saberes locais e a promoção do protagonismo da população local nos processos de gestão do espaço.
- **Biblioteca** – visa incentivar a leitura e orientar a pesquisa. Para tanto, serão constituídos acervos distribuídos em temáticas e formatos diversificados (videoteca, hemeroteca, gibiteca, brinquedoteca, etc) de acordo com faixa etária, contendo sessão especial sobre a sociobiodiversidade do bioma Cerrado. Desenvolverá projetos lúdicos e artístico-pedagógicos de promoção ao hábito da leitura e também à escrita, tais

como: sessões de contação de histórias, projeções videográficas, rodas de leitura coletiva e comentada, ateliês de escrita criativa etc.

- **Cineteatro** – espaço destinado à realização de apresentações artísticas, ensaios, saraus e projeções cinematográficas. Terá uma programação dinâmica e variada, contribuindo para a formação de platéia. Será aberto para a circulação de espetáculos de grupos locais, do estado de Goiás e de outras localidades do Brasil e do Mundo. Também servirá de palco para Mostras Artísticas das Escolas.

Espaço Ecoesportivo: Práticas corporais e de lazer na natureza

O espaço *Ecoesportivo* tem como objetivo oferecer práticas corporais esportivas, recreativas/educativas e terapêuticas para a promoção da saúde, a reintegração humano/natureza, a educação ambiental, o lazer e a economia criativa no ecoturismo de aventura, efetivando o desenvolvimento sustentável e desenvolverá as seguintes modalidades: CrossCerrado, Corrida e caminhada de orientação, Triathlon, natação, Esportes coletivos (futsal, vôlei, basquete, handebol), Práticas Integrativas Complementares (Terapias Holísticas, Massagens, Meditação, Reiki, Yoga, Fitoterapia, Danças Circulares, etc), Capoeira, Ciclismo mountain bike, Trilhas ecológicas (Observação de Fauna e Flora Terrestre) e Jogos e brincadeiras tradicionais e de rua.

Núcleo de Gestão Operacional

O Núcleo Operacional, constituído por servidores técnicos-administrativos e especialistas, tem por objetivo auxiliar no planejamento, coordenação e execução dos trabalhos estabelecidos pela unidade, bem como acompanhar suas reuniões pedagógicas e diretivas. Responde, desse modo, por toda a documentação da unidade, cumprindo determinações superiores imediatas e da rede, além de assessorar, monitorar informações e auxiliar na execução de tarefas administrativas das mais variadas ordens, atuando sempre a serviço da Direção. O Núcleo Operacional é composto por quadro divide em duas funções: Agente Administrativo Educacional Técnico e Agente Administrativo-Apoio e é coordenado pelo(a) Secretário-Geral.

Assim, cabe ao **Secretário Geral**: responder por toda a documentação da unidade, cumprindo as diretrizes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; assessorar a direção e gerenciar informações; auxiliar na execução de tarefas administrativas e em reuniões,

marcando e cancelando compromissos; participar das reuniões pedagógicas e de gestão; coordenar as equipes e atividades (vigia, agente administrativo educacional-técnico, agente administrativo executor-apoio, auxiliar de serviços gerais, gestão de veículos e motoristas, etc), controlando horário de entrada e saída dos servidores; elaborar diários dos cursos ministrados por esta instituição, bem como emitir certificados dos referidos cursos; organizar eventos e viagens; atender aos usuários externos e internos; agendar apresentações artístico-culturais e atender outras solicitações; administrar os cursos em geral e de formação continuada, tanto no município sede quanto nas demais localidades do território; organizar cadastros e matrículas de professores e estudantes; elaborar, organizar e digitar relatórios, atas e portfólios; encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados; receber, redigir e expedir a correspondência confiadas à Secretaria; organizar e manter atualizada a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos; zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamento da secretaria; fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria, quando solicitado; participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEDUCE;

Cabe ao **Executor de Serviços Administrativos**: cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria; atender os usuários, prestando informações e orientações; cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida; participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado; exercer as demais atribuições concernentes à especificidade de sua função.

Núcleo de Comunicação

Compete ao Núcleo de Comunicação: coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relacionadas à Assessoria de Comunicação; formular, integrar e coordenar a política de comunicação da Direção-Geral do IPEARTES; promover a representação do Diretor-Geral junto aos órgãos de imprensa, quando solicitado; coordenar as relações da Direção-Geral com os demais setores e veículos de comunicação e assessorá-lo quanto ao processo de funcionamento de tais veículos; manter atualizado o site institucional no que tange às ações da Direção-Geral com informações gerais de interesse da comunidade atendida; promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo da Direção-Geral; programar e promover a organização de solenidades públicas relacionadas diretamente à Direção-Geral; manter constante contato com órgãos de imprensa, a fim de divulgar as ações institucionais da

Direção-Geral; organizar as reuniões convocadas pelo Diretor-Geral; providenciar a cobertura jornalística de atividades e atos do Diretor-Geral e do instituto como um todo; providenciar e supervisionar a elaboração de material informativo de interesse da Direção-Geral e da comunidade assistida, a ser divulgado pela imprensa, em observância aos princípios da publicidade e da transparência; pesquisar matérias veiculadas pela mídia, de interesse da Direção-Geral e do IPEARTES; manter arquivo de documentos, matérias, reportagens, fotografias e informes publicados na imprensa local e nacional e em outros meios de comunicação social, abarcando o que for noticiado sobre IPEARTES; manter o Diretor-Geral informado sobre publicações de seus interesses; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; coletar informações, realizando entrevistas, pesquisas e diagnósticos, mantendo o Diretor-Geral e os diretores setoriais informados, a fim de propiciar a adequação de suas ações às expectativas da comunidade; executar outras tarefas correlatas determinadas pela hierarquia superior. O núcleo de Comunicação será representado pela figura do **Assessor de Comunicação**.

Núcleo Jurídico

O serviço prestado pelo Núcleo Jurídico consiste no acompanhamento do dia-a-dia de organização, competindo-lhe a função de prestar consultoria jurídica para aconselhamento de projetos e demais ações vinculadas ao Instituto. Esclarece sobre o andamento de ações judiciais; orienta sobre relações trabalhistas, elaboração de contratos, convênios e parcerias, cessão de direitos; revisa propostas de editais e projetos, adequando os documentos internos à legislação, além realizar outros serviços jurídicos de menor complexidade. É representado pela figura do **Assessor Jurídico**.

Conselho Consultivo e Deliberativo

O Conselho Consultivo e Deliberativo do IPEARTES é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos, instituída por prazo indeterminado para funcionar como órgão pedagógico, consultivo, deliberativo, fiscalizador e de mobilização. Possui natureza coletiva com o objetivo de promover a dinamização e a gestão participativa, abrindo espaço de representação para todos os segmentos da comunidade nas decisões relacionadas às áreas de atuação do

IPEARTES. Sua constituição visa assegurar, portanto, o pleno desenvolvimento pedagógico, administrativo, financeiro e relacional do instituto, tanto intra quanto intersetorialmente. Apresenta formação tripartite, articulada em torno de: Conselho Escolar/Educacional, Conselho de Cultura e Conselho Esportivo, cada qual sendo responsável pelo recebimento e aplicação dos recursos advindos de sua respectiva área.

REFERÊNCIAS

A BUSCA DE UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.cultivando.com.br/saude_meio_ambiente_agricultura_sustentavel_busca_da_sustentabilidade.html>. Acesso em abril de 2013. 158

AGRALLI, V. M. *Coletânea de Legislação ambiental*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

AIETA, Vânia Siciliano; ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. Princípios Norteadores da Cidade Educadora. *Revista de Direito da Cidade*, vol.04, nº02, p. 193-232. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/viewFile/9717/7616>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

ALMEIDA, J. R. de. *Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Thex, Ed., 2006.

ALMEIDA, J. R.; et al: AQUINO, A. R. et al. *Gestão Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2006.

ALONSO, Luiza Klein. Conhecer: um ato de transformação. In: FRIAÇA, Amâncio et al. *Educação e transdisciplinaridade III: encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3*. ed. São Paulo: Triom, 2005. p. 242-269.

ALTVATER, E. *O preço da riqueza: Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 1995.

ALVARENGA, Augusta Thereza de; SOMMERMAN, Américo; ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. Congresso internacional sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de ideias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. In: *Saúde e Sociedade [online]*. 2005, v. 14, n.3, p. 9-29. Disponível em: . Acesso em: 8 fev. 2010.

AMMOM, Oldair Soares. Biocinema: ação para um conhecimento ‘in vivo’. In: FRIAÇA, Amâncio et al. *Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3*. São Paulo: Triom, 2005. p. 496-524.

AMORIM, V. M. O Cerrado em questão. *Temporis (ação)*. Goiás: Universidade Estadual de Goiás. UEG/UUCC, V. 1, n. 2, p. 17-28, Jun. 1998.

ANDRADE. R. O. B. et al. *Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado as desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ANTÔNIO, Severino. Educação e transdisciplinaridade: crise e reencantamento da aprendizagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. (Coleção Educação & Transdisciplinaridade).
Araujo, Gilda Maria Lins; LUNA, Maria José de Matos. Educação para a Paz: a arte de amar. 2º Ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

ARNTZ, William; CHASSE, Betsy; VICENTE, Mark. Quem somos nós? A descoberta das infinitas possibilidades de alterar a realidade diária. Tradução de Doralice Lima. Rio de Janeiro: Prestígio, 2007.

ARRAIS, T. P. A. Goiás: novas regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões. In: ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. *Econ. e Aplic.*, Capinas, SP, v. 10, n. 1, p. 75-89, jan/mar, 2006.

ASSIS, Deisy de. Escola em zona rural de Goiás inicia projeto pautado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/escola-em-zona-rural-de-goias-inicia-projeto-pautado-nos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: http://www.bcn.cat/edcities/aice/estaticues/espanyol/sec_charter.html. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BARASUOL, Evandir Bueno. Burnout e docência: sofrimento na inclusão. Três de Maio: Setrem, 2005. p. 41-59.

BARATA, M. M. L. A gestão ambiental no setor público: uma questão de relevância social e econômica. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v12n1/15.pdf>>. Acesso em abril de 2013.

BARBOSA, Derly. A atitude transdisciplinar na educação escolar. In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. ed. São Paulo: Triom, 2005. p. 360-377.

BARBOSA, Marco A. R. Memória, verdade e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 157-168.

BARROS, Vitoria Mendonça de. Alteridade: autonomia ou ontonomia? In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. ed. São Paulo: Triom, 2005. p. 106-172. BARROSO, Maria Macedo. As iogas como cultura alternativa. [artigo científico]. abr./maio 1999. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2010.

BARROSO, Maria Macedo. As iogas como cultura alternativa. [artigo científico]. abr./maio 1999. Disponível em: . Acesso em: 12 mar. 2010.

BARTHOLO JUNIOR, R. S; BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, M (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF.

BASÍLIO, Ana Luiza; DIETRICH, Julia. 19 Elementos que você pode encontrar em uma cidade educadora. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/11/14/19-elementos-que-voce-pode-encontrar-em-uma-cidade-educadora/>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BELLEN, M. V. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

BHABA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

CANDAU, Vera Maria. Educação e Direitos Humanos, Currículos e Estratégias Pedagógicas. In: Zenaide, Maria de Nazaré Tavares (et al.). *Direitos Humanos: capacitação de educadores*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, p. 141-154.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundante do ser*. (São Paulo-SP), 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BHABA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Conversas de/com Carlos Rodrigues Brandão uma educação por toda a vida: fragmentos de uma leitura visionária*. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4104/2847>. Acesso: 10 de abril de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *EDUCAÇÃO? EDUCAÇÕES: APRENDER COM O ÍNDIO*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Travessias do grande sertão*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/03.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. *A pesquisa participante: um momento da educação popular*. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. *A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas no Brasil*. [artigo científico] 5-25 dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2010.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional (MIN). *Informativo da política de desenvolvimento regional – Formação de uma agenda para o desenvolvimento regional*. *Boletim Regional*. Brasília, DF: n. 1, p. 5-27, jan/abr. Ministério da Integração Nacional (MIN), 2006.

BRASIL. EMBRAPA. *A agricultura e o desafio da sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2007/artigo.2007-02-14.4893566264/>>. Acesso em abril de 2013.

BRASIL. IBGE. *Propostas para um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade de Desenvolvimento Sustentável*, 2000. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, 2008.

BRASIL. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm>. Acesso em março 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Brasília, IBAMA, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Conceito de Cidade Educadora. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9272-apresentacoes-rede-brasileira-cidades-educadoras-pdf&category_slug=outubro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias. 2. ed. Brasília: Presidência da República; Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2010.

BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. Ensino religioso na escola: o papel das ciências das religiões. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

BREDA, Tadeu. Alberto Acosta: para entender a fundo os sentidos de Bem Viver. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/alberto-acosta-para-entender-a-fundo-os-sentidos-de-bem-viver>>. Consultado em: 29 de março de 2017.

BRITO, Glaucia da Silva. Resenha de SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. et al. (Org.). Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006. In: Revista Educar, Curitiba, n. 28, p. 279-282, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a18n28.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia e planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CACCURI, Adriana et al. A companhia de aprendizagem transdisciplinar: o desafio da construção de um processo de formação em co-formação. In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. ed. São Paulo: Triom, 2005. p. 312-359.

CAMARGO, L. H. R. *A ruptura do meio ambiente: Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDAU, Vera Maria. Educação e Direitos Humanos, Currículos e Estratégias Pedagógicas. In: Zenaide, Maria de Nazaré Tavares (et al.). *Direitos Humanos: capacitação de educadores*. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 2008, p. 141-154.

CARBONARI, Paulo C. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. . In: SILVEIRA, Rosa M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 169-186.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira; SERRALVO, Francisco Antonio. Pluralismo metodológico e transdisciplinaridade na complexidade: uma reflexão para a administração. [artigo científico]. 2009, p. 49-66. Disponível em: . Acesso em: 09 fev. 2010.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundante do ser*. (São Paulo-SP), 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE. Portugal, 2-6 nov. 1994. Disponível em: . Acesso em: 27 jan. 2009.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <<http://comunidadesdeaprendizagem.org.br/Cartadascidadeseducadoras.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

CARVALHO, Lúcia Helena. Educação para a paz – uma alternativa para os desafios da educação. In: FREIRE, Nádia Maria Bádue (Org.). Educação para a paz e a tolerância: fundamentos teóricos e prática educacional. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011, p. 213-224.

CECATO, Maria Áurea B. Direitos humanos do trabalhador: para além do paradigma da declaração de 1998 da O.I.T. In: SILVEIRA, Rosa M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 351-372.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Aprender e transformar em desenvolvimento sustentável solidário*. Goiânia: ECO CUT, BRASIL, 2000.

CETRANS. Congresso Internacional de Locarno 1997. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2010. (2010a).

CETRANS. Declaração de Zurique 2000. Disponível em: . Acesso 11 fev. 2010. (2010b).

CETRANS. Mensagem de Vila Velha/Vitória 2005. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2010. (2010c).

CETRANS. Uma mensagem de Tóquio 1995. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2010. (2010d).

CHACHAMOVICH, Eduardo; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Desenvolvimento do WHOQOL-BREF. In: FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 74-82.

CHATTERJI, Somnath; BICKENBACH, Jerome. Considerações sobre qualidade de vida. In: FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 40-47.

CHOPRA, Deepak. A paz é o caminho: acabando com a guerra e a violência. Tradução de Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Rococó, 2006.

CHOPRA, Deepak. A paz é o caminho: acabando com a guerra e a violência. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 1-114.

CHOPRA, Deepak. A paz é o caminho: acabando com a guerra e a violência. Tradução de Cláudia Gerpe Duarte. Rio de Janeiro: Rococó, 2006.

CHOPRA, Deepak. Conexão saúde: como ativar as energias positivas de seu organismo e ter saúde perfeita. 3. ed. Tradução de Ibraima Dafonte Tavares; Therezinha Monteiro Deutsch. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007. p. 1-62.

CIRET; UNESCO. Congresso de Locarno: Congresso Internacional “Que universidade para o amanhã? Em busca de uma evolução transdisciplinar da universidade, 1997. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2010.

CODO, Wanderley (Coord.). Educação: carinho e trabalho. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Ed. da UnB, 1999.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Iône. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. São Paulo: Kingraf, 2000. (Cadernos de saúde do trabalhador, INST/ CUT-Brasil).

COLL, Agustí Nicolau. As culturas não são disciplinas: existe o transcultural? In: SOMMERMAN, Américo; MELLO, Maria F. de; BARROS, Vitória M. de (Orgs.). Educação e transdisciplinaridade II: encontro catalisador do projeto ‘A evolução transdisciplinar na educação’. São Paulo: Triom, 2002. p. 72-92.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Avaliação de Impacto Ambiental*. Brasília, 1986. Disponível em: <<http://www.lei.abv.br/conama>>. Acesso em: 30 de nov. de 2005.

CREMA, Isabela Pontual. Abordagem transdisciplinar holística e educação: um novo olhar para a construção de uma cultura de paz. Artigo científico (TCC de Psicologia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

CREMA, Roberto. Além das disciplinas: reflexões sobre transdisciplinaridade geral. In: WEIL, Pierre; D’AMBROSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimentos. São Paulo: Summus, 1993. p. 126-175.

CREMA, Roberto. Antigos e novos terapeutas: abordagem transdisciplinar em terapia. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-92.

CREMA, Roberto. Pedagogia iniciática: uma escola de lideranças. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção UNIPAZ).

CREMA, Roberto. Saúde e plenitude: um caminho para o ser. São Paulo: Summus, 1995, p. 11-67.

CURY, Augusto. Nunca desista de seus sonhos. 4. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

CURY, Augusto. O código da inteligência: a formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil; Ediouro, 2008.

CURY, Augusto. Revoluciono sua qualidade de vida: navegando nas águas da emoção. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

D'ANDREA, Anthony Albert Fischer. O self perfeito e a nova era: individualismo e reflexividade em religiosidade pós-tradicionais. São Paulo: Loyola, 2000. p. 5-156; 214-237.

DALAI LAMA, Bstan-'Dzin-Rgya-Mtsho. O livro da sabedoria. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DALGALARRONDO, Paulo. Religião, psicopatologia & saúde mental. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 15-103.

DEL' ARCO, J. O, et al. *diagnóstico ambiental da bacia do Rio Araguaia -Trecho Barra do Garças(MT) – Luís Alves(GO)*. Goiânia: Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN), 1999.

DELORS, Jacques. O relatório de Delors: educação na sociedade de informação. Disponível em: . Acesso em: 11 fev. 2010.

DIAS, G, F. *Educação Ambiental: Princípios e práticas*, 5 ed. São Paulo: Gaia, 1998.

DISKIN, Lia. Cultura de paz: reflexões preliminares. In: VIVA COMUNIDADE; REDE DESARMA BRASIL. Caravana comunidade segura 2009: campanha de desarmamento. Distrito Federal: PRONASCI, 2009. p. 8-12.

DOLAN, Simon L. Tradução de J. Simões. Estresse, auto-estima, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

DREAD, G. Irradiando Luz. Sustentabilidade: Fontes de energia limpas ou renováveis? Disponível em: <[http://irradiandoluz.blogspot.com/2009/10/ fontes-de-energia-limpas-ou-renovaveis.html](http://irradiandoluz.blogspot.com/2009/10/fontes-de-energia-limpas-ou-renovaveis.html)>. Acesso em abril de 2013.

DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUARTE, R H. *História e Natureza*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

EÇA, Teresa Torres Pereira de. Educação através da arte para um futuro sustentável. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n80/v30n80a02.pdf>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

EFEITO ESTUFA - BRASIL ESCOLA. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/efeito-estufa.htm>>. Acesso em abril de 2013.

EGHRARI, Iradj Roberto. Um compromisso transreligioso. In: WEIL, Pierre; LELOUP, Jean-Yves; CREMA, Roberto. Normose: a patologia da normalidade. Campinas: Verus, 2003. p. 202-210.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. p. 102-173.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 33-47.

ESTRATÉGIA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/>. Acesso em 10 de abril de 2017.

ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E RELATÓRIO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (EIA/RIMA). Área DNPM nº 860.096/1986 – *Sertão Mineração*, Faina, GO, 2002.

FELICIADE INTERNA BRUTA. Disponível em: <http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

FELÍCIO, Carmelita Brito de F. Direitos humanos: uma abordagem histórico filosófica. Comunicação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, em 7 nov. 2008. p. 1-12. (original xerocopiado)

FERREIRA, Lúcia de F.G. Memória e educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa M.G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teórico metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007. p. 135-156.

FERREIRA, Maria Elisa de Mattos Pires. Universidade, cultura e transdisciplinaridade. In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. São Paulo: Triom, 2005, p. 270-306.

FERREIRA, Robson Santos. Dora Incontri trata de uma questão pouquíssima enfocada nos debates acadêmicos atuais. Transdisciplinaridade e nadificação do ser...? 4 jul. 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. 2010.

FERREIRA, Telma Ellen Drumond. A transdisciplinaridade na educação superior. [artigo científico]. 2008, p. 1-10. Disponível em: . Acesso em 9 fev. 2010.

FERRETTI, Sergio Figueiredo. Multiculturalismo e sincretismo. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias de. O futuro da religião na sociedade global: uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 37-50.

FICHMANN, Silvia. Formação de formadores transdisciplinares e tecnologia: uma utopia? In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. São Paulo: Triom, 2005, p. 414-432.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Problemas conceituais em qualidade de vida. In: FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Avaliação de qualidade de vida: guia para profissionais da saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 19-28.

FONTANA, Julio. Novos movimentos religiosos: o quadro brasileiro. [artigo científico]. jul./agos. 2007. Disponível em: . Acesso em 12 mar. 2010.

FRANCISCO, Deise Juliana; MACHADO, Gláucio José Couri. Pensar... repensar a utilização da Internet como instrumento para educação e para a formação de 'Cibercidadãos' [artigo científico]. 2000, p. 1-7. Disponível em: . Acesso em: 28 jan. 2010.

FREIRE, Nádía Maria Bádue (Org). Educação para a paz e a tolerância: fundamentos teóricos e prática educacional. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

GADOTTI, M. Educação para o Desenvolvimento Sustentável: o que precisamos aprender para salvar o planeta. Revista da FAEEBAN – Educação e contemporaneidade, v. 16, p. 69-90, 2007.

GADOTTI, M. *Pedagogia da Terra*. 3 ed. São Paulo: Peiropelis, 2000.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20100930_tempo_integral_texto_2.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

GALVANI, Pascal. A autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural. In: SOMMERMAN, Américo; MELLO, Maria F. de; BARROS, Vitória M. de (Orgs.). Educação e transdisciplinaridade II: encontro catalisador do projeto ‘A evolução transdisciplinar na educação’. São Paulo: Triom, 2002. p. 94-121.

GERBER, Ignácio. Utopias pragmáticas e resistências previsíveis. In: FRIAÇA, Amâncio et al. Educação e transdisciplinaridade III: Encontro catalisador do CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar 3. São Paulo: Triom, 2005. p. 224-241.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 5 ed. Tradução de Alexandra Figueiredo et al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 07-238. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GOIÁS, Secretaria de Educação – SEE. Currículo *em debate*: Matrizes Curriculares. Caderno 5. Goiânia: SEE-GO, 2009.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. Decreto nº 8.824. Instituiu o Comitê Intersecretarial para o Desenvolvimento do Projeto “Alto Paraíso Território do Bem Viver”. Ano 180, Diário Oficial nº. 22.457, 01/12/2016.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. *Revista de Biologia e Ciências da terra, Paraíba*, V. 5, n. 1, p. 1 -17 jan/jun, 2004.

GONÇALVES FILHO, Cid Gonçalves et al. Comércio eletrônico na internet: uma pesquisa exploratória no mercado consumidor [artigo científico]. 1998. Disponível: . Acesso em: 28 fev. 2009.

GONZALEZ, Amelia . Bem Viver, o conceito que imagina outros mundos possíveis, já se espalha pelas nações. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/bem-viver-o-conceito-que-imagina-outros-mundos-possiveis-ja-se-espalha-pelas-nacoes.html>>. Consultado em: 29 de março de 2017.

GUARDIOLA, Jorge; QUERO, Fernando García. Bem viver no Equador: duas visões antagônicas. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/bem-viver-no-equador-duas-visoes-antagonicas/>>. Consultado em: 29 de março de 2017.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (Orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GÜN, M. Ética e educação ambiental: A conexão necessária. 3 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Hall, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando. O educador espanhol defende a reorganização do currículo por projetos, em vez das tradicionais disciplinas. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/materias_296380.shtml>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

INSTITUTO ESPINHAÇO. Disponível em: <<http://www.institutoespinhaco.com.br/site/>>. Acesso em: 26 de abril de 2017.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Revista Cadernos e pesquisa*. São Paulo: Universidade de São Paulo: USP, n, 18, P. 189-205, março. 2003.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Revista Edição e Pesquisa*, São Paulo: USP, V.31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; BEDIN, Silvio Antônio; BRISTOTT, Maria Isabel; ROMANZINI, Berenice Polita; ALVES, Raphael Souza; MELLA, Lisiane Lígia; SCHIMITZ, Helena Rita. Aprendendo a ser e a conviver: educando por uma cultura de paz. Disponível em: <<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Cataventos/article/view/2310/643>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

LEFF, H. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Andréa Varela; SILVA, Elizabeth Angela de Macêdo. Evolução do Conceito Paz. 2009, p. 77-85.

MARCATTO, C. Agricultura Sustentável: Conceitos e Princípios. Disponível em: <www.ufpe.br/biofisica/images/Economia/aula23.doc>. Acesso em abril de 2013.

MARTINELLO, André Souza. Carlos Rodrigues Brandão: representações e construção biobibliográfica. *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, Ano 1, N. 1, p. 47-62, março/2011. Disponível em: <file:///C:/Users/IPE%20Artes/Downloads/2337-3377-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

MARTINEZ, P. H. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARZALL, K. Almeida, J. Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas: Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável-vel. *Cadernos de Ciencia&Tenologia*, Brasília v.17 p. 41-59 – 2003.

MEDINA, N. M. *Dados históricos da educação ambiental no Brasil*. Brasília: MMA, 2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 15 de nov. de 2006.

MONTIBELLER FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2 ed. Florianópolis PR: UFSC 2004.

MORAES, Maria Cândida. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na educação: fundamentos ontológicos e epistemológicos, problemas e práticas. In: TORRE, Saturnino de La; PUJOL, Maria Antonia; MORAES, Maria Cândida. *Transdisciplinaridade e ecoformação: um novo olhar sobre a educação*. Tradução de Suzana Vidigal. São Paulo: Triom, 2008. p. 61-86.

MOREIRA, L. E. *A Gênese comentada da humanidade*. Goiânia: UCG, 2002.

MOURA, L. A. A. *Economia Ambiental: Gestão de custos e investimentos*. 3 ed. Ver. E atual. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.

MÜLLER, G. Desenvolvimento sustentável: notas para a elaboração de um esquema de referência. In: BECKER, D. F (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e /ou possibilidade?* 4 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

MUNHOZ, T. Conservação e Educação Ambiental. In INEP/MEC. *Desenvolvimento e educação ambiental*. Brasília: INEP, 1992.

NALINI, J. R. *Ética Ambiental*. 2 ed. Campinas – SP: Millenium, 2003

NASCIMENTO, M. A. L. S do. O meio Físico do cerrado: revisitando a produção teórica pioneira. IN ALMEIDA, M. G. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA/UFG, 2002.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. O sumak kawsay (buen vivir) e o novo constitucionalismo latinoamericano: uma proposta para concretização dos direitos socioambientais?, 2012, p. 34. Disponível em: <file:///C:/Users/IPE%20Artes/Downloads/universitas-7481.pdf>. Consultado em: 29 de março de 2017.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. O sumak kawsay (buen vivir) e o novo constitucionalismo latinoamericano: uma proposta para concretização dos direitos socioambientais? 2012, p. 40. Disponível em: <file:///C:/Users/IPE%20Artes/Downloads/universitas-7481.pdf>. Consultado em: 29 de março de 2017.

NOGUEIRA, J. M. *Desenvolvimento e educação ambiental*. In INEP/MEC. *Desenvolvimento e educação ambiental*. Brasília: INEP, 1992.

NUNES, P. H. F. *Meio Ambiente & mineração: O desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Juruá, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Cláudio Ferreira de. *A via do encontro para reencantar o mundo, a partir de si mesmo*. EBook, outubro de 2015.

PEDRINI, A. G.; BRITO, M. I. M. S. Educação Ambiental para o desenvolvimento ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina, *Educação Ambiental em Ação*, v.17, 2006.

PIRES, M. O. A trajetória do desenvolvimento sustentável na transição de paradigmas. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; BRAGA, Maria Lúcia de Santana. (Orgs.) et al. *Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

PIRES, M. O. *Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o programa de cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos cerrados*. Brasília: UNB, 1996.

RABELO, L. S.; LIMA, P. V. P. S. Indicadores de Sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável, *REDE Revista Eletrônica do Prodepa*, Fortaleza, v.1, p. 55-76, 2007.

RIBEIRO, Maurício Andrés. Cultura da paz e cultura ambiental. In: *Revista Holística Transdisciplinar*, nº 6, Ano 4, 2002, p. 3-10.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2000.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica da diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 34. In: NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente. O *sumak kawsay* (buen vivir) e o novo constitucionalismo latinoamericano: uma proposta para concretização dos direitos socioambientais?, 2012, p. 28. Disponível em: <file:///C:/Users/IPE%20Artes/Downloads/universitas-7481.pdf>. Consultado em: 29 de março de 2017.

SANTOS, Genivalda Araujo Cravo dos. Reflexividade da vida social moderna, práticas terapêuticas não convencionais e qualidade de vida. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil, 2011.

SOTO, W. H. G. Desenvolvimento sustentável, agricultura, e capitalismo. In: BECKER, D. F (Org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e /ou possibilidade?* 4 ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Hamilton Faria e Valmir de (Org.). *Convivência e Cultura de Paz nas Cidades*. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/CONVIVENCIA_CUL_PAZ.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

VIOTTI, E. B. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. In: Macel B (Org.). *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

WEIL, Pierre. *A arte de viver em paz: por uma nova consciência e educação*. Tradução de Helena Roriz Taveira e Hélio Macedo da Silva. São Paulo: Editora Gente, 2002.

WEIL, Pierre. Soluções para a violência. In: *Revista Holística Transdisciplinar*, nº 6, Ano 4, 2002, p. 28-32.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & sociedade*. v. 5, n.2 / v.6, n.1 Campinas, 2003.